

**Relatório de Transparência da AUDIOGEST
(Ano 2017)**

ÍNDICE

- 1. Introdução**
- 2. Estrutura jurídica e de governo da Associação**
- 3. Informação sobre entidades detidas ou controladas pela Associação**
- 4. Informação sobre a concessão e recusa de licenciamento**
- 5. Informação sobre o montante total das remunerações pago aos membros dos órgãos de administração ou direção, bem como sobre outros benefícios eventualmente concedidos**
- 6. Informações Financeiras**
 - 6.1. Receitas de direitos obtidas pela associação e respetivo detalhe por categoria e tipo de utilização**
 - 6.2. Gastos suportados com a gestão de direitos e outros serviços prestados a associados**
 - 6.3. Montantes devidos aos titulares de direitos discriminados por categoria e tipo de utilização**
 - 6.4. Relações com outras entidades de gestão coletiva**
 - 6.4.1 Montantes recebidos e pagos, comissões de gestão e outras deduções devidas ou pagas**
 - 6.4.2 Montantes distribuídos diretamente aos titulares de direitos**
- 7. Percentagem afeta à função social e cultural, nos termos do artigo 29º, e respetiva utilização**
- 8. Remissão para outros documentos de prestação de contas**

1. Introdução

O Relatório de Transparência de 2017 foi elaborado pela Audiogest no cumprimento do artigo 57º da Lei 26/2015 de 14 de abril, alterada pela Lei 100/2017 de 23 de agosto e apresenta os procedimentos adotados no âmbito da atividade de cobrança e distribuição de direitos, bem como a estrutura jurídica e de governação da associação.

“Caros Associados,

À semelhança do ano anterior, a Direção tem a honra de submeter à Assembleia Geral, o Relatório de Transparência da Associação. Reitera-se a relevância do documento pela transparência, rigor e possibilidade de sindicância que tal instrumento vem emprestar à gestão coletiva efetuada pela Audiogest, sua Direção e Serviços dela dependentes.

A elaboração do documento foi feita em cumprimento da Lei das Entidades de Gestão Coletiva e das normas da UE, no sentido de permitir sempre um maior controlo e informação prestada aos Associados e Titulares de direitos representados pela Associação que são, afinal, a razão última da nossa existência associativa.

*Ana Hernandez
Universal Music - Presidente da Direção*

2. Estrutura jurídica e de governo da Associação

A Audiogest é uma associação sem fins lucrativos, dotada de estatuto de utilidade pública, devidamente registada junto da respetiva tutela – Inspeção Geral das Atividades Culturais.

A Associação tem por objeto, de acordo com os seus estatutos:

1. A cobrança, a gestão, incluindo a negociação e publicação de tarifários, e a distribuição dos direitos de autor e direitos conexos dos produtores musicais fonográficos e videográficos, nacionais ou estrangeiros, sedeados ou não no território Português, abrangendo designadamente, sem limitação, as seguintes categorias e formas de exploração:
 - a) Os direitos autorais - designadamente de conceção, produção, guião ou texto, cenários e adereços, guarda-roupa e realização, com exceção dos direitos autorais sobre a letra e a música - e os direitos conexos referentes às obras audiovisuais, concebidas com o objetivo de ilustrar visualmente qualquer peça musical (Vídeos Musicais), destinadas a ser exibidas ou difundidas, cuja gestão seja cometida pelos produtores à Associação;
 - b) Os direitos conexos relativos à difusão e execução pública, por qualquer meio, de fonogramas editados comercialmente e/ou vídeos musicais;
 - c) Os direitos conexos relativos à reprodução de fonogramas ou videogramas musicais, parcial ou total, de carácter efémero ou permanente, efetuada com o objetivo de permitir ou facilitar a execução pública ou a difusão, por

qualquer meio, de obras neles incorporados, desde que a atribuição aos respectivos produtores de uma compensação ou remuneração como condição ou contrapartida daquelas reproduções não seja legalmente excluída;

- d) A cobrança, gestão e distribuição de direitos conexos relativos às utilizações livres de fonogramas e videogramas musicais previstas no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, desde que tal utilização esteja sujeita a remuneração ou compensação a atribuir aos respetivos produtores nos termos da lei;
 - e) O direito à remuneração pela cópia privada da titularidade dos produtores de fonogramas e videogramas musicais, previsto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e na Lei 62/98, de 1 de setembro.
2. A AUDIOGEST tem ainda por atribuição:
- a) Promover e apoiar o combate à contrafação e usurpação de fonogramas e videogramas e incentivar a aquisição de fonogramas originais;
 - b) Promover a realização de estudos de mercado sobre os fonogramas e vídeos musicais executados e difundidos nos diversos meios de comunicação, bem como sobre os fonogramas vendidos no mercado nacional;
 - c) Promover a realização de quaisquer estudos de opinião, ou estatísticos sobre as preferências e hábitos de consumo de produtos culturais;
 - d) Desenvolver quaisquer atividades legalmente atribuídas às entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, incluindo, sem limitar, as atividades às quais estão afetos os denominados “fundos culturais e/ou sociais” legal ou estatutariamente previstos.

A principal atividade da Audiogest, enquanto organização de gestão coletiva de direitos, consiste atualmente na cobrança, gestão e distribuição de direitos conexos aos direitos de autor, permitindo que os titulares de direitos sejam remunerados pelas utilizações das suas obras, nacional e internacionalmente, que estes não teriam capacidade de controlar ou cobrar de forma individualizada. No âmbito desta atividade, nomeadamente na cobrança de direitos de radiodifusão e comunicação pública, a Audiogest estabeleceu um protocolo com a GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas. Este protocolo esteve na origem da criação da marca PassMúsica – Serviço de Licenciamento conjunto da Audiogest e GDA e define as condições da cobrança destes direitos de forma conjunta, estabelecendo ainda as regras para a repartição de direitos e custos do projeto.

2.1. Nos termos das normas legais e estatutárias em vigor, são os seguintes os órgãos da Associação e respetivas competências:

I - Assembleia Geral:

- a) Eleger, aceitar a renúncia e destituir os titulares dos órgãos sociais, com exceção do Diretor-Geral, bem como, quaisquer matérias relativas à respetiva remuneração, caso exista, e exceto quando tal matéria seja atribuída a uma comissão de fixação de vencimentos;
- b) Alterar os Estatutos;

- c) Deliberar sobre a constituição de uma comissão de fixação de vencimentos;
- d) Votar, sob proposta da Direcção, o balanço e as contas de gerência, o orçamento e o montante da Comissão de Gestão;
- e) Fixar o montante de eventuais quotizações e outras contribuições a pagar pelos associados;
- f) Deliberar e definir as condições gerais de admissão, exclusão e suspensão, voluntária ou obrigatória, de associados;
- g) Aprovar os regulamentos internos da Associação, com exceção daqueles que respeitem exclusivamente ao funcionamento da Direcção e serviços deles dependentes;
- h) Definir os critérios gerais de dedução e distribuição dos montantes devidos aos titulares de direitos e critérios de fixação da Comissão de Gestão;
- i) Definir os critérios gerais sobre a utilização dos fundos sociais e culturais;
- j) Definir os critérios gerais da política de investimento financeiro a aplicar transitoriamente às receitas de direitos até à efetiva distribuição, a qual deve assegurar os interesses dos associados, a liquidez e segurança das receitas e direitos;
- k) Aprovar aquisições, vendas ou hipotecas de imóveis;
- l) Aprovar fusões e filiais, bem como, a aquisição de outras entidades ou de participações ou direitos noutras entidades;
- m) Aprovar propostas de contratação, concessão e prestação de cauções ou garantias de empréstimo;
- n) Pronunciar-se sobre todas as matérias submetidas à sua apreciação e, de uma forma geral, sobre todas as matérias que inseridas no objeto social, não sejam da competência de outro órgão da Associação;
- o) Deliberar sobre a extinção da Associação e o destino do seu património;
- p) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Lei e pelos presentes estatutos.;
- q) Deliberar sobre destituição de associado caso comprovadamente o associado não exerça a atividade de produtor musical e não recolha os direitos que lhe são colocados à disposição pela Associação.

II - Direcção:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia os instrumentos de prestação de contas;
- b) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia o relatório de transparência;
- c) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia o orçamento e plano de atividades da Associação;
- d) Propor à Assembleia o quantitativo em que será fixada anualmente a comissão de gestão e as eventuais quotizações e outras contribuições dos associados;
- e) Designar e exonerar o Director Geral da Associação;
- f) Elaborar, submeter à aprovação da Assembleia, e fazer cumprir os Regulamentos Internos necessários ao funcionamento da Associação;
- g) Contratar os colaboradores da Associação, fixar as suas remunerações e dispensá-los nos termos da Lei;
- h) Negociar e celebrar todos os acordos e contratos com entidades sujeitas ao pagamento de Direitos e outras entidades representativas de titulares de direitos autorais e direitos conexos, nacionais e estrangeiras, e, de uma forma geral todos os acordos e contratos necessários ou convenientes à prossecução do objeto da Associação;

- i) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- j) Gerir os fundos e o património da associação, em cumprimento do orçamento em vigor;
- k) Representar a associação em juízo e fora dele;
- l) Criar um sítio na internet da associação com a publicação, no mesmo, das informações legalmente previstas

III - Diretor Geral:

Os estatutos da Associação determinam, que “A Direcção poderá designar um Director Geral que terá por funções executar as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção e, de uma forma geral, levar a cabo todas as tarefas de que for incumbido pela Direcção.

São funções do Director Geral, estatutariamente definidas:

- a) Apresentar à Direcção quaisquer propostas que considere úteis desenvolver, no âmbito do objeto da associação;
- b) Assegurar os contactos e relações com outras entidades ou organismos relacionados com a atividade da Associação;
- c) Coordenar e dirigir os serviços da Associação;
- d) Assegurar, perante a Direcção, o controlo financeiro e orçamental da Associação;
- e) Na falta de designação de um secretário da Associação, secretariar as reuniões da Assembleia Geral e Direcção, nas quais participará sem direito de voto;
- f) Promover a prestação de informações aos associados;
- g) Representar a Associação em matérias e assuntos de rotina, assinando a respetiva correspondência;
- h) Executar qualquer outra tarefa que lhe seja confiada por delegação da Direcção;
- i) Representar a Associação em juízo e mandar profissionais do foro;
- j) Exercer poderes de direcção e disciplinares sobre quaisquer trabalhadores da Associação;
- k) Movimentar as contas bancárias da Associação, em conjunto com um membro da direcção ou procurador nomeado para o efeito, nos termos deliberados pela direcção;
- l) Representar a Associação nas entidades e organismos nacionais e internacionais em que esta se integre e nos órgãos para os quais a Associação vier a ser eleita;
- m) Outorgar licenças.

Em execução da Lei e dos Estatutos da Associação, designadamente a alínea h) do n.º 2 do artigo 15.º a Direcção, reunida em 23 de dezembro de 2015, **delegou no Diretor Geral as seguintes competências:**

- (i) Consultar as contas bancárias da Associação;
- (ii) Movimentar, a débito e a crédito as referidas contas bancárias, desde que em conjunto com a assinatura de um membro da Direcção, para qualquer valor, ou em conjunto com outro mandatário, até ao valor de cinco mil euros;
- (iii) Assinar cheques, livranças e letras, em representação da Associação, desde que em conjunto com a assinatura de um membro da Direcção, para qualquer valor, ou em conjunto com outro mandatário, até ao valor de cinco mil euros;

- (iv) Celebrar acordos de licenciamento com entidades que procedam à utilização de fonogramas ou vídeos musicais, para efeitos de execução pública, fornecimento de música ambiente incluindo reprodução e transmissão para efeitos de execução pública, 'webcasting' e 'simulcasting' não interativo;
- (v) Recusar a concessão de licenças, nos termos da lei, dos estatutos e das regras gerais aplicáveis a licenciamento e tarifas;
- (vi) Assinar qualquer correspondência em nome e representação da Associação.
- (vii) Autorizar, em nome e representação da Associação, nos termos das respetivas condições e tarifas em vigor, quaisquer utilizações de fonogramas e vídeos musicais, sujeitas a gestão coletiva por parte da AUDIOGEST, bem como a emitir qualquer documento comprovativo de tal autorização e dar quitação do pagamento das respetivas remunerações e quantias em dívida;
- (viii) Representar a Associação em juízo, sempre que estejam em causa direitos e utilizações geridos através da Associação, em ações e procedimentos de natureza, civil ou penal, incluindo os poderes de confessar desistir ou transigir, exercer o direito de denúncia ou de queixa receber quaisquer quantias, cheques e precatórios-cheque e delas dar a competente quitação, sem necessidade de intervenção de qualquer outro representante ou mandatário da Associação, sem prejuízo dos poderes conferidos a profissionais do foro para os mesmos fins, profissionais esses que o Diretor-Geral poderá também mandar em representação da associação substabelecendo os poderes conferidos por esta alínea;
- (ix) Representar e obrigar a Associação, sem necessidade de intervenção de qualquer outro representante ou mandatário da Associação, junto de qualquer entidade da administração central, local ou regional, designadamente polícias e entidades administrativas com competências de fiscalização em matéria de Direito de autor e Direitos Conexos, de repartições de finanças, Segurança Social, conservatórias, governos civis, e junto da Inspeção Geral das Atividades Culturais, podendo praticar e requerer quaisquer atos relativos à Associação e relacionados com a sua atividade de gestão corrente.
- (x) Contratar e dispensar trabalhadores e quaisquer colaboradores, nos termos da Lei e dos Estatutos da Associação, com respeito pelo orçamento, plano de atividades e política de contratações que, a cada momento estiverem em vigor.
- (xi) Exercer, em nome e representação da Associação os poderes conferidos a esta, enquanto entidade empregadora, em relação aos seus trabalhadores, incluindo, sem limitar, o poder disciplinar e o poder de direção, com a faculdade de substabelecer ou subdelegar, quanto a este último.
- (xii) Representar a Associação, com a faculdade de substabelecer ou subdelegar, em organizações de que esta faça parte, designadamente, sem limitar, nos órgãos sociais da AGECOP e Mapinet, no Fórum dos Direitos Digitais (FDI) e na secção especializada de direito de autor do Conselho Nacional de Cultura

Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a escrituração, livros e documentos da Associação;
- b) Emitir parecer sobre o balanço, o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de atividades, o orçamento e o relatório anual de transparência, elaboradas pela Direção, e submetidas à aprovação da Assembleia.

Apresenta-se de seguida no primeiro quadro o detalhe da composição dos órgãos sociais que se encontram em exercício de funções no biénio 2016/2017 e que tomaram posse em 17 de dezembro de 2015:

ASSEMBLEIA GERAL			
Função	Entidade	NIF	Representante
Presidente	JGC - Gestão e Serviços, Lda	503 318 353	Leonel Jorge Calheiros

DIREÇÃO			
Função	Entidade	NIF	Representante
Presidente	Universal Music Portugal, Lda	503 501 999	Ana Hernandez Lores
Vogal	Sony Music Entertainment Portugal, Soc. Unipessoal, Lda.	501 994 963	Paulo Junqueiro
Vogal	Warner Music Portugal, Lda.	501 403 752	João Teixeira
Vogal	Farol Música-Soc. Produção e Edição Audiovisual, Lda.	503 025 321	Gonçalo Zanartu
Vogal	Saraiva Caneja Leitão, Unipessoal, Lda.	509 708 293	Jorge Bizarro
Diretor Geral	Miguel Lourenço Carretas	195 900 979	

CONSELHO FISCAL			
Função	Entidade	NIF	Representante
Presidente	Vidisco - Comércio e Indústria de Som, S.A.	501 786 228	Danilo Raichande
Vogal	Ovação – Comércio e Indústria de Som, Lda.	501 600 000	Ana Matias
Vogal e ROC	PriceWaterhouseCoopers & Associados – Soc. Rev. Ofic. Contas, Lda	506 628 752	Rui Jorge dos Anjos Duarte, ROC nº 1532, ou João Rui Fernandes Ramos, Roc nº 1333

3. Informação sobre entidades detidas, controladas ou outros cargos exercidos pela Associação

A Associação não detém ou controla qualquer outra entidade.

Durante o ano de 2017 exerceu mandato de Presidente da Assembleia geral da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, Vogal da Direção do Mapinet – Movimento Cívico Anti Pirataria na Internet e Membro do Fórum dos Direitos de Internet (FDI).

A Audiogest designou para o Conselho Nacional de Cultura – secção especializada de direitos de autor e direitos conexos, o seu Diretor Geral.

4. Informação sobre a concessão e recusa de licenciamento

No âmbito da atividade de cobrança e gestão de direitos, a Audiogest elabora contratos de licenciamento que visam formalizar as condições de utilização de música constante do reportório representado pela Audiogest, de acordo com o previsto nos artigos 184º *ex vi* do artigo 192º, artigos 41º, 121º, 149º, todos do CDADC, bem como nos artigos 6º, 7º e 8º do Decreto-Lei 333/97 de 27 de novembro.

Para efeitos de execução pública, são recebidos e validados, de acordo com os procedimentos internos e as condições gerais publicadas, os pedidos de licenciamento para utilização de fonogramas, vídeos musicais e/ ou karaoke. Uma vez validados a Audiogest/ PassMúsica emite um aviso de licenciamento que contem a remuneração calculada e devida de acordo com os tarifários publicados e depositados na IGAC, nos termos e para os efeitos do nº3 do artigo 41º e dos nº 6

e 7 do artigo 60º da Lei 26/2015 de 14 de abril (LEGC), correspondente ao tipo de utilização de música, vídeos musicais e/ ou karaoke, nos espaços a licenciar, de acordo com as características e funcionamento descritos.

Após a liquidação da remuneração devida, a Audiogest/ PassMúsica emite a Autorização/ Licença, em nome de produtores e artistas (intérpretes ou executantes), que permitirá a utilização de música, vídeos musicais e/ ou karaoke nos termos solicitados e validados, para o período que decorre entre a data da liquidação do Aviso emitido ou data de início da utilização, caso a mesma ocorra posteriormente ao pagamento e a data final do período previsto para o licenciamento.

No decorrer da atividade de licenciamento a Audiogest/ PassMúsica procede também à recusa de pedidos de licenciamento e à recusa da sua renovação automática (denúncia ou resolução do contrato de licenciamento), sempre que os documentos remetidos e/ ou as condições descritas não se encontrem de acordo com as regras de preenchimento dos formulários de pedido de licenciamento, com as características efetivas dos espaços, com as condições reais de utilização de música ou, nos casos em que a legislação geral de proteção do consumidor e concorrência admitem a recusa de prestação, designadamente em casos de incumprimento das condições de licenciamento e em casos de falta de pagamento de créditos da Audiogest/ PassMúsica já vencidos. À data da elaboração do presente relatório não existiam situações de recusa de licenciamento.

A título meramente informativo, a Audiogest/ PassMúsica concedeu ou renovou, durante o ano de 2017, 19.468 licenciamentos para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017.

5. Informação sobre o montante total das remunerações pago aos membros dos órgãos de administração ou direção, bem como sobre outros benefícios eventualmente concedidos

Os membros dos órgãos de Direção e Administração não auferiram, no ano de 2017, quaisquer remunerações em virtude do exercício dessas mesmas funções. Porém, não face à letra mas aos claros objetivos da lei, com expressas autorização das empresas e pessoas em causa, a Audiogest entende divulgar o seguinte:

- 1) O seu Diretor Geral auferiu no ano de 2017, a título de remuneração bruta, o montante de € 190.348,66 (cento e noventa mil, trezentos e quarenta e oito euros, sessenta e seis cêntimos), que correspondeu a uma remuneração líquida de € 94.908,13 (noventa e quatro mil, novecentos e oito euros e treze cêntimos).

Para efeitos do cargo de Diretor Geral, o mesmo diretor está autorizado a efetuar despesas de representação, desde que devidamente fundamentadas e autorizadas pela Direção, e teve direito à utilização de uma viatura da Audiogest.

- 2) As empresas que, durante o ano de 2017, exerceram através dos seus representantes, cargos de Direção, faturaram e receberam, de acordo com os critérios gerais de distribuição de direitos em vigor, os seguintes montantes globais brutos¹:

¹ Por montantes globais brutos entende-se os montantes brutos distribuídos, alocados ao titular e efetivamente pagos, antes de quaisquer impostos (retenções) e excluído das comissões de gestão pagas pelo titular, por força de custos inerentes à atividade de cobrança e gestão de direitos, evidenciados separadamente.

Produtor	Receita de Direitos	Comissão de Gestão	Receita Líquida
FAROL MÚSICA	5.793	1.095	4.698
SARAIVA CANEJO	113	0	113
SONY BMG	773.873	86.493	687.380
UNIVERSAL	1.446.384	271.030	1.175.354
WARNER	1.127.810	188.861	938.949
TOTAL	3.353.973	547.479	2.806.494

6. Informações Financeiras

6.1. Receitas de direitos obtidos pela associação e respetivo detalhe por categoria e tipo de utilização

São evidenciadas no mapa seguinte as receitas de direitos, recebidas durante o ano de 2017 pela Audiogest, relativas a remunerações devidas a Produtores. Importa referir que, por força do projeto PassMúsica, a Audiogest recebeu também valores relativos a direitos de Artistas, referidos no ponto 6.4.1. do presente relatório. Tais valores não constam deste mapa.

Categoria de Direitos	2017
Radiodifusão & Retransmissão Cabo	
Radio Pública	257.326
Radio Privada	296.772
TV Pública	257.326
TV Privada	368.832
Transmissão Originária por Cabo	2.570
Retransmissão por Cabo	1.266.512
Total Radiod. & Retransm. Cabo	2.449.338
Execução Pública	
Execução Pública	2.925.213
Dubbing	53.192
Total EP + Dubbing	2.978.405
Internet	
Webcasting	0
Total Webcasting	0
TOTAL Corrente Radiodifusão + EP	5.427.743
Outras Receitas	
Cópia Privada	1.353.672
Total CP	1.353.672
Total Receitas Correntes	6.781.415
Receitas Não Correntes	
Total Receitas Não Correntes	260.231
Total Reservas distribuídas	n.a
TOTAL GLOBAL	7.041.646

6.2. Gastos suportados com a gestão de direitos e outros serviços prestados a associados

A título de gastos suportados com a cobrança e gestão de direitos, foi registado um montante total de € 1.079.436, imputado a Produtores. Deste montante, € 646.926² referem-se aos gastos suportados com o projeto PassMúsica, na parte imputável a produtores e € 458.267 referem-se a gastos suportados pela Audiogest apenas imputáveis a produtores pela atividade desenvolvida pela Associação que é exclusivamente adstrita a estas entidades.

Considera-se de relevância a informação sobre o rácio de custos totais versus receitas totais de cobrança de direitos, que em 2017 foi de 15% (aplicável apenas a Produtores).

6.3. Montantes devidos aos titulares de direitos discriminados por categoria e tipo de utilização

São discriminados no mapa seguinte os montantes totais de direitos colocados à disposição de produtores ao longo do ano de 2017, líquidos dos montantes retidos para efeitos de fundo cultural e de reservas contra reclamações de terceiros, aquando das distribuições periódicas trimestrais. Os referidos montantes são já expurgados dos montantes de direitos devidos a Artistas:

Rubrica	Colocado à Disposição (V. Líquido de Reservas e FC)
	2017
Radiodifusão & Retransmissão Cabo	
Radio Pública	228.795
Radio Privada	238.479
TV Pública	242.438
TV Privada	347.658
Transmissão Originária por Cabo	2.423
Retransmissão por Cabo	1.163.306
Total Radiod. & Retransm. Cabo	2.223.099
Execução Pública	
Execução Pública	2.645.203
Dubbing	44.973
Total EP + Dubbing	2.690.175
Internet	
Webcasting	0
Total Webcasting	0
TOTAL Corrente Radiodifusão + EP	4.913.274
Outras Receitas	
Cópia Privada	882.820
Total CP	882.820
Total Receitas Correntes	5.796.094
Receitas Não Correntes	
Total Receitas Não Correntes	244.927
Total Reservas distribuídas	n.a
TOTAL GLOBAL	6.041.020

O rácio de comissão de gestão global cobrada versus montante global de direitos distribuídos (excluído dos montantes de reservas) ascendeu a 18%.

² Do montante global de gastos com o projeto PassMúsica, imputável a produtores - € 646.926, foram suportados através das receitas do fundo cultural o montante de € 25.757.

6.4. Relações com outras entidades de gestão coletiva

6.4.1. Montantes recebidos e pagos, comissões de gestão e outras deduções devidas ou pagas

Em matéria de receitas de direitos relativas ao projeto PassMúsica (Protocolo com a GDA), foram registados a título de remunerações de direitos recebidos diretamente pela Audiogest, por conta de Artistas o montante de € 2.980.975. A título de gastos suportados e deduzidos dos referidos direitos, foi registado um gasto total de € 646.926.

A Audiogest recebeu, conforme já referido e demonstrado nos pontos anteriores, o montante total de € 1.353.672 a título de remuneração de direitos de Cópia Privada. Este montante encontra-se já deduzido das respetivas quotizações imputáveis a produtores, decorrentes da atividade de gestão de direitos realizada pela AGECOP ao longo do ano de 2017 e que ascenderam ao montante global de € 48.255,89.

6.4.2. Montantes distribuídos diretamente aos titulares de direitos, [provenientes]³ de outras entidades de gestão coletiva de direitos

Em 2017 não há movimentos a declarar respeitantes a esta rubrica.

7. Percentagem afeta à função social e cultural, nos termos do artigo 29º, e respetiva utilização

O fundo cultural é constituído por 5% dos direitos cobrados pela Audiogest em relação a produtores. Integram ainda as receitas do fundo cultural, os montantes retidos a título de fundo cultural que estão na origem da cobrança de direitos da AGECOP e que são entregues por esta entidade aos seus associados para que estes os afetem aos fins previstos no nº1 do artigo 7º da Lei 62/98 de 1 de setembro, alterada e republicada pela Lei 49/2015 de 5 de junho. No ano de 2017 foi registado um total de receitas no montante total de € 703.310 e um total de gastos no montante de € 364.100, que se apresentam em detalhe no mapa seguinte:

³ Ainda que a Lei nacional tenha omitido a expressão “provenientes”, trata-se obviamente de um manifesto lapso de escrita, tendo em conta que, manifestamente a fonte material do legislador nacional terá sido o ponto iv) da alínea d) do número 2 do anexo à diretiva 2014/26/EU, já referida.

DESCRIÇÃO		2016	2017		17 / 16	% Exec.
		Real	Orçamento	Realizado	(%)	(R/O)
Saldo Inicial		628.000	863.404	863.404		
RECEITAS		548.932	451.499	703.310	28%	156%
Receitas FC ADG		294.489	321.904	360.988	23%	112%
Transf. FC AGE COP		254.443	129.595	342.322	35%	264%
DESPESAS		313.528	587.818	364.000	16%	62%
(i)	Campanha sensibilização - Direitos Autor e Conexos	3.542	0	1.599	-55%	n.a.
(ii)	Apoio e Patrocínios a Congressos	0	0	0	n.a.	n.a.
(iii)	Monitorização Utilizações Fonogramas	42.769	112.769	42.909	0%	38%
(iv)	Informação Estatística sobre Mercado Musical	129.150	131.844	131.069	1%	99%
(v)	Contribuições para Organizações Internacionais (PI)	41.012	43.000	31.446	-23%	73%
(vi)	Workshops e Formação com Entidades Fiscalizadoras	35.788	30.000	26.372	-26%	88%
(vii)	Edições e Publicações	1.900	5.000	4.050	113%	81%
(viii)	Congressos e ações de cooperação PALOPs / CPLP	25.334	60.000	13.249	-48%	22%
(ix)	Estudos sobre utilizações digitais e pirataria	10.976	8.100	8.100	-26%	100%
(x)	Projeto Why Portugal	13.325	100.000	37.505	181%	38%
(xi)	Cursos Formação	0	30.000	0	n.a.	0%
(xii)	Promoção da música nacional	9.732	67.105	67.700	596%	101%
SALDO FINAL		863.404	727.085	1.202.714	39%	165%
Taxa de Execução do Fundo Cultural		35%	45%	23%		

O mapa evidencia uma taxa de execução do fundo cultural de 23% que, em 31 de dezembro de 2017 ascendia ainda a € 1.202.714.

Seguidamente e em cumprimento das já referidas normas aplicáveis, procede-se à explicação da utilização dos montantes inscritos nas várias rubricas, nos termos da alínea b) do nº 2 do anexo à diretiva 2014/26/UE:

(i) Campanha de sensibilização de Direitos Conexos – Traduziu-se na comparticipação da Audiogest para a divulgação da licença e da obrigatoriedade de pagamento de direitos de autor e direitos conexos, no âmbito dos Prémios AHRESP.

(ii) Não existiu qualquer gasto nesta rubrica em 2017.

(iii) Monitorização de utilizações de Fonogramas – Trata-se dos gastos correspondentes aos serviços de monitorização radiofónica de utilização de fonogramas, bem como a aquisição do serviço Barème Rádio, que dá conta das audiências radiofónicas. A informação obtida tem uma dupla utilidade, (i) em relação à generalidade das rádios monitorizadas, um conhecimento profundo da apetência dos ouvintes e das escolhas das rádios em relação ao reportório musical, permitindo também ter elementos relevantes para uma melhor promoção, por parte das associadas, dos seus produtos culturais e a obtenção de dados relevantes para aferir o valor económico da música na atividade radiofónica. (ii) em relação às rádios não licenciadas, permite a deteção generalizada dos ilícitos. Termos em que constitui um instrumento de promoção das obras, prestações e produtos da indústria fonográfica, bem como uma ação de identificação de infrações lesivas dos direitos conexos de produtores fonográficos. Os resultados desta monitorização são disponibilizados a todos os membros da Audiogest.

(iv) Informação estatística sobre o mercado musical – Trata-se da contratação de serviços relativos a informações sobre o consumo físico e digital de música. Estes serviços, além de permitirem uma análise genérica da evolução de mercado,

permitem ainda a análise detalhada sobre a apetência do utilizador de música por determinados produtos musicais. Estes serviços permitem, por exemplo, elaborar o TOP semanal de vendas musicais em Portugal. Os serviços estão disponíveis para qualquer membro da Audiogest e as informações obtidas são, com ressalva do cumprimento da legislação aplicável em matéria de concorrência e sigilo comercial, divulgadas ao público. Trata-se, pois, indubitavelmente de ações de promoção de prestações e produtos da indústria cultural, contribuindo além do mais para um melhor conhecimento do mercado e do setor, com benefícios para toda a sociedade.

(v) Contribuições para organizações internacionais – Os gastos desta rubrica referem-se à contribuição da Audiogest para organizações internacionais a que esta pertence e que tem, além das muitas alteridades e vantagens inerentes à participação em semelhantes instituições, uma contraprestação direta em formação e informação, bem como na proteção geral e à escala global dos direitos de produtores fonográficos. As atividades destas organizações enquadram-se pois plenamente na promoção de obras, prestações e produtos culturais e ações de prevenção, identificação e cessação de infrações lesivas dos direitos, em geral, bem como à divulgação dos direitos compreendidos no objeto da gestão da Audiogest.

(vi) Workshops e Formação com Entidades Fiscalizadoras – A Audiogest tem desde há alguns anos desenvolvido um programa de formação teórica e prática e de apoio técnico permanente às entidades com competências de fiscalização em matérias de direitos de autor e direitos conexos. As ações concretas desenvolvidas ao abrigo deste programa foram já descritas no ponto respetivo do presente relatório. Estas ações enquadram-se plenamente em atividades de formação, investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos e prevenção e cessação de infrações lesivas dos direitos de autor e direitos conexos.

(vii) Edições e Publicações – O valor inscrito nesta verba corresponde integralmente ao apoio concedido pela Audiogest e entregue à Universidade católica, relativo à publicação da revista semestral de direito de propriedade intelectual “Propriedades Intelectuais”⁴. Trata-se de apoio à investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos.

(viii) Congressos e ações de cooperação PALOP’s /CPLP – A Audiogest manteve, em conjunto com a GDA, o projeto que visa dinamizar e fomentar a criação e desenvolvimento do direito de autor, de direitos conexos, e de sociedades de gestão coletiva, em países de língua portuguesa. Além de contribuir para a afirmação do direito de autor nestes países, este projeto, declarado de interesse público pelo então Secretário de Estado da Cultura Jorge Barreto Xavier, visa também contribuir para a criação de um mercado lusófono de bens culturais. Estas ações enquadram-se no apoio à investigação, divulgação e formação sobre direitos de autor e direitos conexos, bem como na promoção dos produtos culturais portugueses e de língua portuguesa.

É também importante salientar que os gastos espelhados nesta rubrica serão ainda reduzidos na proporção dos montantes partilhados com as restantes entidades dinamizadoras. O apuramento final dos montantes a imputar

⁴ Quanto à revista “Propriedades Intelectuais”, consultar também a declaração de interesses do Diretor Geral da Audiogest no capítulo respetivo do relatório de transparência.

individualmente será realizado no ano de 2018, altura em que se repercutirá o respetivo crédito no fundo cultural da Audiogest.

(ix) Estudos sobre utilizações digitais e combate à pirataria – Esta verba corresponde, em 2017, à quota paga pela Audiogest para comparticipação nos custos de funcionamento do Mapinet – Movimento Cívico Anti Pirataria na Internet que, durante o ano de 2017 assumiu um papel determinante no combate à pirataria digital em diversas vertentes, nomeadamente na implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento sobre esta matéria.

(x) Projeto Why Portugal – Os gastos refletidos nesta rubrica referem-se à comparticipação da Audiogest no desenvolvimento da plataforma Why Portugal. Trata-se de uma plataforma que pretende fomentar o crescimento económico, atraindo investimento através da promoção de diversos intervenientes, divulgando a realidade da indústria musical portuguesa (bandas, festivais, editoras, agências de booking, managers, etc..) de forma captar o interesse do investimento internacional. No fundo, visa o crescimento da indústria fonográfica portuguesa na sua totalidade, fomentando a exportação e a importação tanto de espetáculos ao vivo, quer de licenciamento de fonogramas, colocando os artistas nacionais, quer sejam eles independentes ou representados por editoras discográficas, no mapa e no roteiro das principais feiras profissionais, essenciais para o desenvolvimento internacional da carreira daqueles. Trata-se assim de ações de promoção de prestações e produtos da indústria cultural, contribuindo além do mais para o crescimento do setor e para a exportação da música.

(xi) Promoção da Música Nacional – Os gastos contemplados nesta rubrica referem-se à comparticipação da Audiogest à AMAEI, no montante de € 30.750, para realização de um ciclo de workshops que visam a capacitação do setor da indústria musical e a divulgação dos direitos de autor e conexos. É entendimento da Audiogest que esta ação se enquadra no nº 1 do artigo 7º da Lei 62/98, de 1 de setembro, constituindo um incentivo à atividade cultural e à divulgação dos direitos de autor e direitos conexos.

Refere-se ainda a associação da Audiogest à Fundação Inatel na celebração dos 150 anos do Teatro da Trindade Inatel, através do patrocínio, no valor de € 36.900, da programação do Teatro durante os anos de 2017 e 2018. É entendimento da Audiogest que esta ação se enquadra no nº 1 do artigo 7º da Lei 62/98, de 1 de setembro, constituindo um incentivo à atividade cultural e à divulgação dos direitos de autor e direitos conexos.

8. Remissão para outros documentos de prestação de contas

Para todos os devidos e legais efeitos, os seguintes documentos de prestação de contas são parte integrante relatório de transparência:

- (i) Demonstrações financeiras e respetivos anexos;
- (ii) Relatório de atividades e gestão;
- (iii) Certificação legal de contas.

Lisboa, 28 de junho de 2018

A Direção,

